

Territorialização e identidade regional: os perais da costa Oeste portuguesa¹

Sempre houve pêra Rocha disponível para venda nos mercados e supermercados em Portugal, tanto nas feiras rurais como nas grandes superfícies urbanas, desde o final do Verão aos rigorosos meses de Inverno. No entanto, tratava-se de uma fruta comum, barata e que passava despercebida, com uma qualidade extremamente variável, por vezes doce, por vezes insípida, algumas vezes succulenta, outras vezes seca. No Inverno de 2006 não foi possível não reparar na *Rocha do Oeste* (DOP²) visivelmente apresentada nos supermercados, uma fruta bonita, grande e succulenta, disposta em embalagens modernas, todas iguais, de cor verde profunda e uma marca comum. Seguidamente, os jornais e outros meios de comunicação começaram a divulgar notícias sobre o sucesso comercial da fruta, ou sobre a excelência das organizações locais de produtores e da região protegida do Oeste.

A questão que conduziu a este estudo foi simplesmente: o que aconteceu? O que fez com que um simples fruto, quase desprezado, se tornasse um símbolo de sucesso, até de renascimento agrícola, e razão de orgulho dos habitantes de uma região rebatizada, o Oeste?

As linhas de uma possível resposta rapidamente se transformaram em rede, onde poderes económicos e políticos, diferentes concepções de tempo e desenvolvimento, visões contraditórias de valores, antagonismo e cooperação, convergem para formar um todo dinâmico e complexo com uma pluralidade de ramificações.

O objetivo deste artigo é deslindar uma parte dessa complexidade, destacando alguns de seus problemas e simultaneamente contextualizando o movimento da *Pêra Rocha do Oeste* a fim de integrá-lo no processo mais amplo de transformação em curso nos espaços rurais europeus, ou seja, a complexa questão da territorialização e da inerente valorização simbólica de produtos de origem protegida.

1. Territorialização

Desde os anos 80, embora mais evidentemente desde a última década do século passado, tem-se vindo a observar um processo de revalorização do espaço rural, não apenas como espaço de lazer e descanso para a estressada população urbana, mas também recuperando o seu papel original de produtor de alimentos e conquistando um novo espaço como produtor de energia³.

¹ A versão original e completa deste artigo pode ser consultada em Gomes, Ana (2010). The burgeoning of a regional identity in the shade of pear orchards.

<http://www2.iisg.nl/esshc/programme.asp?selyear=10&pap=7699>

² Denominação de Origem Protegida.

³ Os telhados urbanos proporcionam muito espaço para a produção de energia solar, mas o meio rural é mais apropriado para a energia eólica e para a produção de bio-massa e bio-combustíveis.

A territorialização é o processo de criação de território, o que significa uma dinâmica de partir uma grande entidade e, eventualmente, juntar várias pequenas entidades. Neste caso referimo-nos a estados-nação centralizados sendo divididos, e comunidades locais sendo associadas, no decurso de um processo que evolui entre jogos de interesses de topo e de base⁴. Este processo está no cerne da construção da União Europeia (UE), como uma entidade supra-nacional e actor global (Abdelmalek, 2004). A fim de entender a relevância deste processo é necessário abordar a noção de território a partir de múltiplos pontos de vista. Existem, obviamente, muitas definições deste complexo conceito, algumas dando mais ênfase a um ou a outro ponto. Entretanto, podemos definir um território com base em quatro dimensões interligadas: a dimensão geográfica/espacial; a dimensão política/estrutural/ administrativa; a dimensão económica e a dimensão simbólico/interativa/ emocional.

(a) A dimensão espacial/geográfica

Um território não existe para além de um espaço geográfico específico, e o espaço físico em si tem um papel determinante na construção territorial multi-dimensional, quer seja na criação “natural” de fronteiras, quer na diferenciação física em relação a outros territórios, quer no condicionamento de atividades económicas delimitadas, ou na criação de laços afetivos com particularidades geográficas, tal como uma montanha, um vale, um lago, uma paisagem de certas zonas costeiras, etc. Estas especificidades adquirem assim um valor simultaneamente económico e simbólico, porque os habitantes identificam-se com o ecossistema natural que garante sua sobrevivência económica e desenvolvimento e, concomitantemente, o seu modo de vida, identidade cultural e redes sociais (Gagnon, 1994).

(b) A dimensão estrutural político/administrativo.

De um ponto de vista teórico existe diferença entre um território experienciado e um território administrativamente delimitado, mas de fato um território experienciado é um território em formação, em processo de delimitação de fronteiras espaciais e de poder; e uma delimitação administrativa, sem adesão social e cultural, é uma estrutura vazia. Mesmo o complexo processo técnico de construção e delimitação territorial têm que levar esta interação simbólica e política em conta (Lafarge, 1999).

Em termos políticos é possível considerar os territórios como sinais de desintegração do Estado, o que, até certo ponto, contribui para a afirmação de grandes entidades regionais como a União Europeia (Abdelmalek, 2004), mas também é possível encarar os territórios, não diretamente como uma marca de decadência do Estado, mas como o resultado de uma dissociação da tríade “Nação (no sentido étnico

⁴ Existem pontos de vista que defendem que um território ou região (termos usados como sinónimos) resulta unicamente de um longo processo de “auto-apropriação territorial”, ou seja, um processo conduzido exclusivamente da base para o topo (Oliveira, 1991), e que é posteriormente formalmente estabelecido. Defendemos que a criação de um território acontece através de um intenso jogo interativo entre um processo de “auto-apropriação” frequentemente extremamente complexo, e a imposição jurídica e administrativa. Estes processos são simultâneos e reforçam-se mutuamente.

de *Volkskultur*), Estado, Território” (Conte, Giordano, Hertz, 2002), consideradas como uma entidade singular no modelo de formação hegemónica do Estado-Nação moderno. Ambas as abordagens testemunham uma óbvia perda de poder do Estado, na medida em que correspondem a uma redistribuição de competências do antigo monopólio estatal por outras entidades, sejam elas regionais (supra-nacionais) ou locais.

O território é uma entidade da esfera do local, uma estrutura reticular (Gagnon, 1994), porque é o universo da iniciativa micro, interior e individual e, portanto do emaranhado, da complexidade ilimitada, que pode somente ser apreendida através do modelo da rede. Redes não são apenas estruturas dinâmicas e flexíveis, mas sobretudo permitem atribuir sentido à associação de entidades totalmente heterogéneas. A rede é um conjunto de nódulos ligados entre si por laços virtuais. Estes nódulos podem representar uma grande variedade de diferentes indivíduos, equipas, organizações, etc. cada um com a sua própria estrutura e organizado de acordo com os seus princípios. Por isso, uma rede permite a representação de múltiplas conexões entre estruturas diferentes, não necessariamente estados com estados, ou mercados com mercados, ou comunidades entre si. As redes simplesmente permitem a conexão entre nódulos, independentemente da sua estrutura interna ou dimensão. Territórios são nódulos de uma rede complexa e representam em si mesmos uma estrutura reticular.

Um território é uma entidade aberta, com fronteiras que não impedem a mobilidade, e está activamente incorporado no processo de globalização. Ao contrário de uma comunidade, um território existe em contexto de negociação sistemática, gerindo uma multiplicidade de interesses, porque indivíduos e grupos preservam os seus próprios objectivos, que têm que ser permanentemente harmonizados a fim de produzir uma acção comum. Tendo em conta estas diferenças, poderia ser mais preciso definir território como uma associação. Streeck and Schmitter (1994) viram a associação como “uma quarta forma de ordem institucional distintiva”, cujo princípio básico pode ser denominado “concertação organizacional”. Numa ordem associativa, os atores são contingentemente e estrategicamente interdependentes (*idem*), o que significa que as suas acções em comum são o resultado de acordos contextuais para a prossecução de interesses coletivos. A natureza contingente dos acordos não tem nada a ver com a sua duração. Estes duram enquanto os atores envolvidos consideraram vantajoso manter a cooperação. Mais ainda, o processo de construção de território propriamente dito começa com a criação de associações, infraestruturas político-administrativas, que assumem “sob assistência e licença do Estado” (*idem*) muitas das competências e funções públicas anteriormente desempenhados por este.

(c) A dimensão económica

A dimensão económica da construção de territórios pode ser considerada de um ponto de vista global ou local. Como já foi referido, ambos são complementares. Os territórios estão inseridos no mundo e só são construções política, social (até mesmo administrativamente) viáveis se conseguirem “sobressair na multidão”, produzindo e vendendo algo considerado de valor, não somente pelos habitantes locais, mas

preferencialmente pelo mundo. Deste modo, a vantagem da territorialidade é a localidade, que é a possibilidade de ser único, porque vinculado a um espaço específico e um modo específico de fazer e viver. E porque os territórios são habitados e a sua população precisa viver, preferencialmente bem o bastante para se orgulhar da sua qualidade, deve haver produção e distribuição de valor, seja ele material e/ou simbólico.

Existem várias formas de “produzir” um discurso legitimador de um território: espaço, tempo e competências (Debarbieux, Poisat, 1999). É possível destacar uma delas, ou estabelecer uma complexa relação entre as três. Esta última possibilidade é a mais frequente e concorda com uma lógica *pastiche* pós-moderna, em que desaparecem as fronteiras que separam o económico do cultural e do simbólico.

Um discurso legitimador de um território é de carácter mítico, na medida em que a racionalidade mítica nunca considera a relação entre alguma coisa e o seu lugar como “externo” ou “contingente”. Pelo contrário, “o lugar em si é parte do seu ser” (Cassirer, 1972 cit in Debarbieux, Poisat, 1999), de modo que um rio não é somente um conceito geral, mas um rio preciso, com uma história precisa, delimitado por construções específicas, consideradas como património, e culturas específicas, como vinha ou outras, até mesmo atividades industriais. Seguindo o exemplo da vinha, o vinho é feito de uvas específicas (cuja particularidade é o próprio lugar, que em si engloba toda a história) e é o produto de competências próprias da população local. E estas, quer sujeitas a um processo de modernização produtivo, quer preservando (de facto ou no discurso) antigas tradições, o resultado é o mesmo, a criação de um símbolo que servirá como âncora ou alavanca para outras actividades, mesmo que bastante diversificadas. A competência específica pode até servir como símbolo territorial (como um totem) e uma marca registada, mas o desenvolvimento territorial depende tanto da força comercial deste símbolo escolhido, como da sua capacidade de alavancar a diversificação das actividades. Neste ponto, e seguindo a ideia do *pastiche* pós-moderno, não faz sentido separar valores económicos/comerciais de valores simbólicos/culturais. Neste sentido, o conceito de economia identitária constitui a combinação perfeita entre as duas dimensões.

(d) A dimensão simbólica

O conceito de economia identitária pode ser abordado sob vários ângulos (Taddei, Antomarchi, 1997, Itçaina, 2006; Pesteil, 2001), auto-suficiência, *kitsh* turístico, vantagem competitiva e sustentabilidade. O primeiro ponto de vista considera a identidade como propriedade da comunidade, e a economia identitária como a face económica da mesma. Esta abordagem adequa-se mais ao modelo comunitário de ordem social do que ao modelo associativo, pois este último é mais dinâmico e pressupõe uma postura de negociação constante, pelo que a identidade em si é vista como um processo de sistemáticos acordos precários de cooperação. Claro que estes acordos podem ser usados para construir e desenvolver um sentido de identidade, cujo objetivo é a exploração do respectivo potencial *kitsh* turístico. Mas esta é uma opção de curto prazo, e não constitui a base de uma efectiva diferenciação. De fato, a vantagem competitiva

real, sobretudo se sustentável, está ligada a uma ideia de economia identitária que assume, simultaneamente, uma identidade territorial, uma diferenciação de produto e saberes, uma abordagem de qualidade e ambiental e o desenvolvimento da economia social, nomeadamente a crescente importância da participação associativa, seja em termos políticos, culturais, sociais ou económicos.

2. O Oeste como território?

De um ponto de vista administrativo, os territórios resultam de um plano técnico de regionalização cuidadosamente projetado (Fermisson, 2000; Lafarge, 1999), e do ponto de vista político, eles são o resultado de um processo delicado e sistemático de negociação entre os representantes das diferentes partes interessadas. Mas é o contexto geral e acima de tudo a tradição de autonomia do espaço geo-político específico que torna mais fácil ou mais difícil "fazer" um território. O Oeste, a costa ocidental portuguesa, que atualmente abrange 12 municípios localizados entre o norte de Lisboa e o sul de Leiria, constitui um caso particularmente difícil.

Portugal tem uma longa tradição de administração centralizada, em que a capital, Lisboa, assume desde o século XIV uma clara posição macrocéfala. Esta centralização foi um fator determinante na manutenção da independência nacional⁵, mas ao mesmo tempo impediu o desenvolvimento de regiões viáveis no interior do país⁶. Assim, o panorama administrativo atual de Portugal é uma herança de séculos de lutas políticas e de negociações entre o poder central, os diferentes poderes regionais/ privados, as autonomias locais, a necessidade de ação afirmativa em relação a Castela e posteriormente Espanha, e a Igreja Católica. O resultado é um Estado-nação centralizado, recortado em pequenas entidades muito localizadas (*conselhos* e *freguesias*)⁷ que, no passado, serviram como fiéis adeptos dos reis, mas hoje mostram claras dificuldades de cooperação para formar territórios viáveis no âmbito de um processo de regionalização europeu mais abrangente.

⁵ A frágil situação de Portugal em face do poderoso vizinho (Castela) sempre determinou uma política régia de firme oposição ao desenvolvimento de poderes regionais fortes, nomeadamente de linhagens feudais, no sentido de criar e preservar uma forte identidade nacional.

⁶ Com o objectivo de conquistar e manter o poder, a administração central (tanto a monarquia como a república) sempre favoreceu as autonomias locais (política e economicamente inviáveis) em detrimento das regionais, que facilmente se poderiam transformar em ameaça, não só para o poder central, mas para a própria independência nacional. Não é raro encontrar, no decurso da história, famílias aristocráticas que optaram por apoiar Castela contra o rei de Portugal. O único poder que tradicionalmente competiu com a centralizadíssima administração portuguesa foi (e em certos aspectos ainda é) a igreja católica, com a qual o estado sempre manteve uma relação de grande prudência.

⁷ Os conselhos e freguesias estão integrados em divisões administrativas maiores, as chamadas províncias e distritos, que estão presentemente em fase de extinção. Apenas os conselhos e freguesias têm autonomia, ao contrário dos distritos que sempre representaram extensões do governo central.



Source: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3d/LocalNUTS3Oeste.svg>

Em face da recusa da proposta formal de regionalização em 1998⁸, desenvolveu-se uma ambígua solução de compromisso para promover a necessidade inadiável de desenvolvimento regional, nomeadamente a criação de Comunidades Urbanas (2003), e mais tarde Comunidades Inter-municipais (CI) (2008), plataformas formais para forçar a cooperação inter-municipal, ou seja, para absorver propostas de projetos de desenvolvimento no âmbito dos grandes programas europeus de financiamento estrutural pluri-anual. Muitas das CI's, ainda em construção, tomam as respectivas NUTS III⁹ como base administrativa e geográfica.

O Oeste constitui uma destas Comunidades Inter-municipais e até um dos seus mais dinâmicos e desenvolvidos exemplos.

Sendo assim, porque seria tão difícil conceber um território baseado nesta sub-região?

Voltemos às diferentes dimensões segundo as quais a noção de território foi anteriormente abordada e tentemos analisar o Oeste de acordo com elas.

Do ponto de vista espacial, o Oeste está localizado ligeiramente a norte de Lisboa, numa posição costeira evidente, mas demonstrando uma profunda vocação agrícola (Daveau, 1991). Combina paisagens montanhosas com vales férteis, importante portos de pesca como Peniche e Nazaré e um clima moderado. Também é parte de um longo corredor costeiro entre as duas cidades mais importantes (Lisboa e Porto) onde desaguam os principais rios do país (Tejo e Douro), ambas urbes portuárias historicamente cosmopolitas, abertas sobre o oceano e o mundo.

Da sua posição geográfica e distribuição espacial podem-se imediatamente inferir duas características: a diversidade de paisagens e consequentemente de atividades humanas, e a função social de retaguarda fornecedora de alimentos à grande cidade.

⁸ O referendo sobre a regionalização, realizado em 1998, resultou num expressivo “Não” (63,51% contra 36,49%), ainda que com uma abstenção que atingiu os 51,7%.

⁹ NUT é o acrónimo francês de *Nomenclature d'Unités Territoriales Statistiques*. Trata-se de um conceito europeu desenvolvido por motivos estatísticos e referindo-se a divisões administrativas dos países. As NUT têm três níveis. Em Portugal, o terceiro nível (NUT III) corresponde às Comunidades Intermunicipais.

Administrativamente falando, o Oeste é parte do distrito da Estremadura, um nome que em si mesmo gera debate. A Estremadura tanto pode ser entendida como o limite sul do rio Douro¹⁰, ou como interface entre as terras cristãs e mulçumanas (Medeiros,1991), ou mesmo como a “eleita” a mais bonita, mais rica e mais forte das regiões portuguesas (Daveau,1991). A Comunidade Inter-municipal atual do Oeste é parte desta sempre mutável província da Estremadura e aparentemente continua a apresentar os mesmos traços distintivos, ser um interface ambíguo, uma fronteira em constante movimento. Ultimamente, no entanto, houve sinais claros de consolidação¹¹ administrativa e até institucional. Mesmo a descontinuidade territorial que anteriormente se verificava entre a NUT III Oeste, aproximadamente correspondendo à CI, e a Região Turística do Oeste, foi recentemente (2009) superada pela adesão dos municípios de Nazaré e Alcobaça, que estavam previamente integrados numa outra Região de Turismo¹². Mesmo assim, ainda há consideráveis debates sobre os limites administrativos e a sobreposição das várias estruturas formais que moldam o Oeste, bem como sobre as suas principais características e tipos de produção, já que existe uma multiplicidade de questões de poder e sensibilidades em jogo. Um bom exemplo disso é o texto da página oficial da Comunidade Inter-municipal do Oeste¹³, onde é difícil encontrar uma referência precisa a um símbolo específico, uma característica ou um tipo de produto em particular. O discurso é genérico, e é clara a intenção de compromisso, e a preocupação de evitar qualquer conflito¹⁴ entre os reais detentores do poder, os municípios e o *lobbies* privados e partidos políticos que os apoiam. Esta falta de consistência política e comunicacional contribui de forma determinante para a dificuldade em construir um discurso legítimo, susceptível de contribuir para a “produção” de um território. Como já foi mencionado, existem três pontos de alavancagem para tal discurso, espaço, tempo e competências. O espaço até agora tem sido um problema claro, tendo em conta a importância atribuída à questão dos limites¹⁵, o tempo é menos problemático, pelo menos no que diz respeito ao património construído, sobretudo desde que a mediática eleição das Sete Maravilhas Portuguesas¹⁶, localizou três delas no Oeste, mas as competências permanecem um tema sensível, pois

¹⁰ Em 1416, a Estremadura estendia-se entre o Porto e Lisboa e os seus limites estavam constantemente a mudar.

¹¹ Estabeleceram-se em 2008 um Conselho Executivo (todos os presidentes de câmara dos municípios membros) e uma Assembleia Inter-Municipal (composta pelos membros das assembleias municipais).

¹² A Região de Turismo de Leiria-Fátima. A adesão destes dois municípios à Região de Turismo do Oeste seguiu-se a um conflito intenso e por vezes violento entre múltiplos actores políticos, instituições públicas, administrativas, partidos políticos, associações, etc.

¹³ <http://www.amo.oestedigital.pt/Home/Home.aspx>

¹⁴ A página web é um bom exemplo da tendência portuguesa de “não-inscrição” defendida por José Gil (2005).

¹⁵ Tema recorrente no discurso dos actores sociais.

¹⁶ Concurso organizado em 2007 por várias instituições públicas e privadas que resultou na eleição de sete monumentos portugueses considerados maravilhas.

a promoção de uma delas ainda é considerada como necessariamente marginalizadora das outras¹⁷.

Em termos económicos o Oeste também é multifacetado. As suas próprias condições espaciais/geográficas denotam essa heterogeneidade: a agricultura, a pesca, indústrias como a cerâmica, e o turismo podem ser actividades escolhidas como favoritas, mas nenhuma delas foi considerada como um símbolo, uma marca que poderia contribuir para a construção de um território em sentido simbólico.

O Oeste é parte da província da Estremadura, e como em nenhum outro caso—mesmo num país fortemente centralizado como Portugal—os seus nativos e habitantes se designam por “*estremenhos*” e ninguém diz “Eu vou para a Estremadura” (Medeiros, 1991). Além disso, o Oeste descende da antes apelidada região “*saloia*” (caipira), uma designação perjorativa, o que constitui um bom exemplo de discriminação histórica e da relação de exploração entre a grande cidade, a capital Lisboa, e a sua retaguarda fornecedora de alimento. (Daveau, 1991). Hoje, esta representação está a perder força e as pessoas já começam a dizer “eu sou do Oeste”, “eu moro no Oeste”, ou “eu vou para o Oeste”, e estes são sinais diários de um sentimento crescente de pertença e valorização, uma condição decisiva para o crescimento da identidade territorial, mesmo que fundada precisamente no pressuposto da sua diversidade¹⁸. E, apesar da dificuldade em eleger uma competência específica que venha a assumir a função de símbolo territorial, nada esteve tão perto disso como a produção da “Pêra Rocha do Oeste”.

3. A Pêra Rocha do Oeste

Citando Orlando Ribeiro¹⁹, Oliveira (1991) refere-se à capacidade dos grupos humanos em moldar espaços naturais de acordo com as suas próprias representações através do trabalho. Os pomares de “Pêra Rocha” moldam agora as paisagens do Oeste e transformaram-se numa visão valorizada e familiar.

¹⁷ Esta é uma questão de poder, mas sobretudo uma questão cultural e de interpretação porque se baseia na ideia de recursos fixos, que conduz a uma posição exclusivamente competitiva, incapaz de discernir valor na cooperação.

¹⁸ “... o Oeste representa em si mesmo um exemplo integrado de realidade diversa e complexa, unida em torno da busca de inovação e gestão estratégica, da capacidade de desenvolver o seu capital humano e numa identidade baseada em factores de diversidade..”

<http://www.amo.oestedigital.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=ff4732c6-f3af-449c-b5f1-4f9f0424db08>

¹⁹ Geógrafo português do século XX (1911-1997). Foi um importante inovador da disciplina e o primeiro a introduzir o factor humano nos estudos geográficos em Portugal.



Como nos casos da *Chataigne* (castanha) da Córsega (Pesteil, 2001) ou da região de Ardèche (Dupré, 2002) na França, a “Pêra Rocha do Oeste” pode ser abordada em termos de economia identitária, ou economia simbólica, através da qual mesmo o efêmero, como é o caso de um alimento, adquire significado se apresentado como referente de uma velha tradição e, neste processo, sujeito a uma espécie de patrimonialização²⁰ (Pesteil, 2001).

No caso da “Pêra Rocha do Oeste”, a tradição recua ao século XIX, mais precisamente ao ano de 1836, quando Pedro António Rocha identificou, na sua propriedade perto de Sintra²¹, um tipo diferente de pereira, cujos frutos apresentavam uma qualidade superior.

Desde então a pêra Rocha tem sido cultivada na área geográfica hoje conhecida como o Oeste. Na sequência do processo de modernização, especialmente a partir dos anos 1960, os pomares familiares tradicionais foram praticamente abandonados. Os jovens migraram para as cidades ou para o exterior para trabalhar no setor industrial e os mais velhos permaneceram, cultivando as suas parcelas economicamente inviáveis em modo de subsistência. A pêra Rocha era vendida durante alguns meses do ano, em mercados locais e alguns dos grandes mercados de fruta de Lisboa e outras cidades,

²⁰ “A Pera Rocha do Oeste DOP – Denominação de Origem Protegida – goza de reconhecimento Comunitário (UE) como produto tradicional e é parte do Património Cultural Português”
<http://www.perarocha.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=899bd863-4a43-48a6-8bc9-46d5c9a6e552&m=b30>

²¹ Município situado a Norte de Lisboa. Área intensamente urbanizada, pelo que não tem praticamente produção de pera na actualidade, embora continue a ser parte da área “protegida” da Pera Rocha do Oeste.

graças à longa tradição de produção e transporte de comida da região “*saloia*”. Mas o seu valor comercial era negligenciável.

Em Portugal não houve um verdadeiro processo de industrialização agrícola antes da década de 1980, quando o país aderiu oficialmente à então Comunidade Económica Europeia em 1985. Desde então o país envolveu-se no *dispositif*²² de modernização da agricultura Europeia, do qual a Política Agrícola Comum (PAC) constitui a peça central. A PAC foi o principal instrumento do processo de modernização da agricultura Europeia, em curso no continente desde 1950. Impôs a industrialização da produção agrícola, juntamente com as respectivas consequências, ou seja, urbanização, desertificação dos espaços rurais e a separação radical entre produção (o artefato humano) e a proteção ambiental (natureza). Precisamente quando o *apparatus* da modernização agro-industrial começou a ser implantado em Portugal, já a PAC passava por um profundo processo de questionamento dos seus próprios pressupostos básicos, o qual acabou por conduzir a uma mudança estratégica, baseada na ideia de agricultura sustentável e desenvolvimento rural integrado²³.

Mais uma vez, um desfazamento temporal veio introduzir, ou melhor, reforçar, a natureza ambígua da situação portuguesa, nomeadamente no caso da cultura de pêra Rocha no Oeste. Valendo-se da proximidade de Lisboa²⁴, e da já referida tradição de produtora de alimentos da antiga região “*saloia*”, a *Pêra Rocha do Oeste* foi uma das primeiras fileiras de produção agrícola (*filière*) a organizar-se segundo o novo modelo desenhado pela PAC, o que significou a criação e/ou coordenação de uma rede de diferentes elementos do *dispositif*, como associações de produtores, centrais fruteiras, instituições de I&D, gabinetes de certificação, políticas de comunicação e comercialização, organizações de desenvolvimento local, municípios, etc. Desde o início da institucionalização e mobilização deste aparelho complexo e extremamente heterogéneo que se manifestou uma divergência decisiva entre aqueles que defendiam uma abordagem moderna e quantitativa de criação de valor, baseada no crescimento da produção e na melhorias da qualidade técnica, e aqueles que apoiavam um ponto de vista qualitativo pós-moderno, baseado nos mesmos pressupostos, mas adicionando o valor simbólico, através da associação do fruto ao Oeste, como território específico.

²² O termo é usado no sentido que lhe atribui Michel Foucault, ou seja, *dispositif* ou *apparatus* significa: “um conjunto completamente heterogéneo constituído por discursos, instituições, formas arquitectónicas, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, postulados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas – em resumo, o dito tanto como o não dito. Tais são os elementos do *apparatus*. O *apparatus* em si é o sistema de relações que podem ser estabelecidas entre estes elementos”. In: “The Confession of the Flesh” (1977) interview. *Dispositif*. (2009, July 21). (Tradução da autora)
In *Wikipedia, The Free Encyclopaedia*. Retrieved 17:56, July 21, 2009,
from <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Dispositif&oldid=303376536>

²³ Reformas de 1992 e mais tarde Agenda 2000.

²⁴ Nomeadamente em termos de acesso a recursos humanos com formação. É interessante mencionar que muitos dos pioneiros do boom da “*Rocha do Oeste*” são imigrantes regressados de Lisboa.

Podemos dividir a breve história da “Pêra Rocha do Oeste” em três fases: uma fase de implementação e estabelecimento (1993-2005), a fase da economia identitária (2006-2007) e a fase quantitativa (a partir de 2008).

Seguindo a divisão acima referida, a primeira fase inicia-se com a constituição formal da ANP²⁵ (Associação Nacional dos Produtores de Pêra), ainda que já anteriormente tivessem sido dados alguns importantes passos na constituição do *apparatus*, nomeadamente a fundação da APAS²⁶ (Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena) em 1989, que apresentou o primeiro pedido formal de marca própria para a “Pêra Rocha do Oeste”. Esta fase inicial é caracterizada por um trabalho técnico, organizacional e comunicacional intensivo com o objectivo de estabelecer e dinamizar a rede. Como marcos fundamentais deste período podem-se referir: o estabelecimento do organismo garante do processo de normalização da produção, a CODIMACO; o reconhecimento formal da marca “Pêra Rocha do Oeste” (DOP)²⁷ e a grande crise económica de 1997, que inicialmente desencadeou manifestações dos grandes agricultores exigindo ajudas do governo, mas acabou por se transformar num importante catalisador do movimento de modernização e normalização da produção, e do esforço de comercialização e comunicação, tanto internamente, através da negociação com os grandes supermercados, como externamente, promovendo visitas a feiras internacionais.

Se usarmos a tipologia proposta por Jean-Louis Rastoin²⁸, poderíamos considerar esta primeira fase de desenvolvimento, como aquela em que um fruto local, produzido praticamente em moldes de subsistência, se transforma num “produto básico”²⁹ e são criadas as condições necessárias para uma possível evolução para “produto *terroir*”³⁰.

O segundo período (2006-2007) representa o ponto culminante do desenvolvimento do produto num sentido de economia identitária. Em Janeiro de 2006, no mais do que

²⁵ A Associação Nacional de Produtores de Pera é o elo central da complexa rede constituída em torno da “Pêra Rocha do Oeste”. A associação reúne uma série alargada e diversa de actores sociais, tal como outras associações de produtores e de desenvolvimento local, exportadores, municípios, laboratórios de I & D, bancos, etc. A sua missão é precisamente garantir a qualidade da produção e a coordenação da divulgação e comercialização.

²⁶ APAS – Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena, é uma predecessora da ANP, menos abrangente do que esta, mas com objectivos similares. Presentemente constitui um dos parceiros mais activos da ANP.

²⁷ DOP - Denominação de Origem Protegida (CE 492/2003).

²⁸ « L'avenir de la filière agricole à l'horizon 2050 », <http://www.senat.fr/rap/r06-200/r06-20013.html#toc61> (30.07.2009).

²⁹ “Produtos «básicos» possuem características organolépticas segmentadas, provêm de diferentes origens territoriais e são submetidos a processamento industrial em massa. Em regra, a história social do produto não é relevante (a não ser eventualmente por razões de marketing) e os preços são baixos.

³⁰ “produtos «*terroir*» são claramente «identificados» com uma clara e precisa origem territorial, e resultam de uma produção artesanal «estandardizada»; a história social do produto está extremamente presente e os preços são elevados.”

apropriado cenário da vila medieval de Óbidos, oito dos mais proeminentes parceiros da ANP apresentaram publicamente a então chamada “Rocha do Oeste”, um produto topo de gama, com qualidade e rastreabilidade da produção totalmente garantidas.

A “Rocha do Oeste” representou uma aposta muito importante da ANP, ainda que bastante arriscada, não só em termos comerciais, mas também organizacionais, pois implicou uma renúncia consciente dos parceiros à sua própria marca, afim de se apresentarem no mercado interno sob uma imagem comum, a marca “Rocha do Oeste”, um produto diferenciado não somente pela sua produção e comercialização se reger por normas de elevada qualidade, mas pela sua clara associação ao território, o Oeste.

Simultaneamente, foi feito um trabalho de coordenação e intensa comunicação, não somente para o exterior, dirigido aos potenciais compradores e consumidores finais, mas também internamente, mobilizando todos os parceiros e todos os diferentes elos da rede, no sentido da promoção da “Pêra Rocha do Oeste”³¹. Mas apesar de todos os esforços, mesmo tentativas de promover uma certa diversificação, como o apoio dado para criar receitas *gourmet*, ou em certa medida, a produção de doces, licores e bolos³², não se verificou nenhuma verdadeira onda ou uma grande difusão da ideia de implementar um verdadeiro “produto símbolo” do Oeste. Uma das razões mais visíveis para isso foi a descontinuidade do financiamento dos projectos, dependente das agências de financiamento oficiais da UE e do Estado português, e a incapacidade de criar uma outra forma, mais autónoma de auto-financiamento, o que poderia complementar a provisão financeira pública e promover um sentido de continuidade do trabalho, em vez de um processo sistematicamente interrompido.

Quando se refere à castanha da Córsega, em França, Phillipe Pesteil (2001) afirma que o futuro dos “produtos identitários” depende da diversificação e exportação. No caso da “Pêra Rocha do Oeste” a exportação tem sido assegurada por taxas crescentes de venda para o estrangeiro³³, mas a questão da diversificação continua a ser um problema, porque isso implica estratégias de comunicação e coordenação mais consistentes, que desde o início se mostraram bastante difíceis de implementar. Estas dificuldades estão muito relacionadas com questões de poder e coordenação: equilíbrios de forças, ou seja o jogo dos interesses dos próprios parceiros da associação de produtores, e o resultante enfraquecimento da sua posição coletiva em relação aos

³¹ Organização de encontros formais e informais, cerimónias da “*confraria*”, concursos de arte e fotografia, acções de comunicação em escolas e centros de saúde, uma newsletter electrónica quinzenal extremamente activa.

³² Alguns exemplos podem ser consultados em:
<http://www.quintadovaledarosa.com/quintadovaledarosa/default.aspx>;
<http://www.youtube.com/watch?v=PCzPIFNxvCE>; <http://fuqaslusas.wordpress.com/2008/02/07/bolachas-e-doces-zira-cadaval-compotas-e-licores-damelia/>

³³ A Pêra Rocha do Oeste é desde 1991/92 um dos produtos de topo das exportações agrícolas portuguesas. Desde 1999 até à campanha de vendas 2007/2008, a taxa de exportação subiu cerca de 27% e a de colheita cerca de 40%. Fontes: <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=19721>;
<http://www.gpp.pt/pbl/Diagnosticos/subfileiras/Pera.pdf>

grandes supermercados; distância hierárquica (e obviamente de comunicação) em relação a outros integrantes da rede, nomeadamente artesãs, que poderiam servir como uma espécie de alavanca de diversificação, mas geralmente permanecem na periferia da rede; coordenação da acção dos diferentes atores sociais, ou seja associações e poderes públicos, visando a coesão e simplificação administrativa e o financiamento de projectos.

A terceira fase quantitativa (a partir de 2008) representa a vitória ambígua de uma tendência quantitativa e de curto prazo, em que a área de produção de pêra cresce e a quantidade de fruta produzida e comercializada também (com flutuações anuais, dependendo da água disponível), mas o produto em si permanece num estado ambíguo, hesitando entre o “básico” e um “*terroir*” não assumido, e também sem evoluir realmente no sentido de se tornar um produto “inovador”³⁴.

No entanto, a dicotomia radical entre o ponto de vista quantitativo, de curto prazo, racional, moderno, nacional ou mesmo a-territorial³⁵ e a abordagem qualitativa, sustentável, simbólica, claramente territorial e de “marca” pode ser errónea. Se assim o encararmos, então poderemos afirmar que ambas as tendências, ao invés de se excluírem mutuamente, interagem e, até certo ponto, complementam-se. O sucesso da faceta quantitativa, industrial, contribuiu claramente para aumentar o valor do Oeste que, pela primeira vez na sua história, deixou de ser visto apenas como uma periferia subalterna de Lisboa (a região saloia), o que tem contribuído, não só para travar o fluxo de saída de pessoas como até para revertê-lo, alterando-se assim pronunciadamente a paisagem humana da região. Deste modo, vai contribuindo para o crescimento de um sentido de valor e identidade territorial, que mais cedo ou mais tarde se materializará num espaço delimitado, com história e competências específicas, simbolicamente valorizadas, uma das quais terá certamente que ser a “Pêra Rocha do Oeste”.

Conclusão

O movimento da Pêra Rocha do Oeste (DOP) pode ser encarado como parte de um processo de territorialização mais vasto, que percorre toda a Europa e constitui condição importante para a respectiva afirmação enquanto entidade política supra-nacional. Neste sentido, esta rede de desenvolvimento agrícola integra-se no processo de construção do Oeste como território, com um espaço, uma estrutura política e administrativa, economicamente dotado de competências-âncora específicas e com uma identidade em construção, que pode basear-se precisamente na valorização da sua extrema diversidade.

³⁴ De acordo com a já mencionada tipologia de Rastoin, produtos «inovadores» caracterizam-se por sabores relativamente neutros e por origens territoriais indiferentes. O seu valor resulta da aplicação de tecnologia de ponta na sua produção, pelo que os preços elevados compensam a insignificância da história.

³⁵ A marca designa o particular (Debarbieux, Poisat, 1999), seja o *particular* territorial do produto “*terroir*”, seja o *particular* não-material/ não territorial do supermercado. Neste sentido, quando existe um conflito entre a marca do produtor e a marca do distribuidor, trata-se de um conflito entre um território delimitado e um território “supra-territorial”.

Neste processo, como é normal em fases de profunda transformação como a presente, são claramente expostas e até sublinhadas as contradições e as complexas fracturas sociais, económicas e políticas entre os diferentes stakeholder.

Por fim, alguns pontos deverão ser particularmente assinalados: (a) o problema do financiamento, com a inerente questão do poder público (e dos calendários político-eleitorais) e da dependência de estruturas administrativas; (b) o problema multifacetado do poder, nomeadamente o equilíbrio interno entre os *stakeholders* associados e a sua relação com as poderosas cadeias de distribuição; (c) o tema da diversificação e das questões que levanta, nomeadamente a falta de coordenação estratégica, que está muito relacionada quer com a instabilidade do financiamento, quer com a presença de traços culturais de profunda distância hierárquica, que dificulta ou impede a comunicação e a cooperação e, por fim (d) a questão da participação e criatividade, muito expressivamente ligada ao movimento de diversificação artesanal, e neste sentido claramente uma questão feminina, o que acaba por despoletar outros temas e problemas.

Referências

Abdelmalek, A. (2004), «Les formes de constructions identitaires modernes : entre territoire et profession». Ruralia. 2004-15. <http://ruralia.revues.org/document1042.html> (last view on 3th. September 2009).

Associação Nacional de Produtores de Pêras (2003), Pera Rocha do Oeste: passado, presente e futuro. Cadaval: Associação Nacional de Produtores de Pêras.

Barthelemy, D. (2007). «Économie identitaire versus économie marchande». *Economie Appliquée*, 60/3 (pp.57-84).

Billaud, J.P. (2004). «Environnement et ruralité : engeux et paradoxes». *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 10 (pp. 111-118).

Centre d'Études Nord du Portugal – Aquitaine. (1991). *L'Identité régionale : l'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*. Talence: Centre d'Études Nord du Portugal – Aquitaine.

Conte, É., Giordano, C., Hertz, E. (2002). «La globalisation ambiguë». *Études Rurales*, 163-164 (pp.9-24).

Daveau, S. (1991). Un espace régional de transition : la façade atlantique du Portugal entre le Douro et le Tage. In Centre d'Études Nord du Portugal – Aquitaine. (1991). *L'Identité régionale : l'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*. (131-140). Talence: Centre d'Études Nord du Portugal – Aquitaine.

Debarbieux, B., Poisat, J. (1999). La rhétorique des artefacts territoriaux. In Gerbaux, F. (Ed.). (1999). *Utopie pour le territoire : cohérence ou complexité ?* (pp.35-52). Grenoble : édition de l'aube.

Dupré, L. (2002). «Du marron à la châtaigne. La relance d'un produit régional». *Études Rurales*, 163-164 (pp.32-34)

Fermisson, J. (2000). « Problemas de promoção do desenvolvimento em Portugal: Rumo a estratégias territorializadas de base local e regional». In Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano (1998). Actas do Colóquio Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento (pp.55-69). Grândola: Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano

Gagnon, C. (1994). La recomposition des territoires : développement local viable. Paris : L'Harmattan.

Gerbaux, F. (Ed.). (1999). Utopie pour le territoire : cohérence ou complexité ?, Grenoble : édition de l'aube.

Gil, J. (2005). Portugal Hoje: O Medo de Existir. Lisboa: Relógio D'Água.

Gorenstein, S. (2003). «Nouveaux territoires du système agroalimentaire de la Pampa». Études Rurales, 165-166 (pp.147-170).

Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano (1998). Actas do Colóquio Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento. Grândola: Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano

Itçaina, X. (2006). « Les mobilisations discrètes: Affirmation identitaire et choix économique en Pays Basque ». Sociologia, Problemas e Práticas, 50 (pp. 45-66).

Knote, D., Kuklinski, J. (1994). «Network analysis : basic concepts». In Thompson, G., Frances, J., Lenacic, R. Mitchell, J. (1994). Markets, Hierarchies and Networks: the coordination of social life (pp. 173-181). London: Sage.

Lafarge, R. (1999). «Quatre modalités pour « faire » du territoire». In Gerbaux, F. (Ed.). (1999). Utopie pour le territoire : cohérence ou complexité ? (pp.79-100). Grenoble : édition de l'aube.

Lash, S., Urry, J. (1991). The end of organised capitalism. Cambridge UK: Polity Press.

Loinger, G., Némery, J-C (1997). Construire la dynamique des territoires : acteurs, institutions, citoyenneté active. Paris : L'Harmattan.

Lopes, R. (1998). «Globalização, desenvolvimento em meio rural e regionalização». In Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano (1998). Actas do Colóquio Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento (pp.47-54). Grândola: Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano

Medeiros, C.(1991). Quelques réflexions à propos des identités régionales au Portugal. In Centre d'Études Nord du Portugal – Aquitaine. (1991). L'Identité régionale : l'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest. (pp. 35-43). Talence: Centre d'Études Nord du Portugal – Aquitaine.

Micoud, A. (1999). Patrimoine et légitimité des territoires. De la construction d'un autre espace et d'un autre temps commun. In Gerbaux, F. (Ed.). (1999). Utopie pour le territoire : cohérence ou complexité ? (pp.53-63). Grenoble : édition de l'aube.

Oliveira, J.M. (1991). Pour un concept d'identité régionale. Centre d'Études Nord du Portugal – Aquitaine. (1991). L'Identité régionale : l'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest. (pp. 85-89). Talence: Centre d'Études Nord du Portugal – Aquitaine.

Palard, J. (1997). «Dynamique associative, integration socio-spatiale et système politique». In Loinger, G., Némery, J-C (1997). Construire la dynamique des territoires : acteurs, institutions, citoyenneté active (pp. 253-266). Paris : L'Harmattan.

Pesteil, P. (2001). « Au carrefour de l'économique et du culturel : la filière castanéicole corse comme marqueur de l'identité ». Études Rurales, 157-158 (pp. 211-228).

Sourisseau, J-M., Burnod, P. (2009). «Identité et marché dans une situation de pluralisme institutionnel : le cas du secteur agricole à Mayotte». Développement Durable et Territoire, Dossier 12.

<http://developpementdurable.revues.org/index7723.html> (last view on 3th September 2009).

Strauss, A., Corbin, J. (1990). «Grounded theory methodology: an overview» in: Strauss, A., Corbin, J. (Eds.) Strategies of qualitative inquiry. Newbury Park: Sage.

Streeck, W., Schmitter, P. (1994). «Community, market, state – and associations? The prospective contribution of interest governance to social order». In Thompson, G., Frances, J., Lenacic, R. Mitchell, J. (1994). Markets, Hierarchies and Networks: the coordination of social life (pp. 227-241). London: Sage.

Taddei, D., Antomarchi, F. (1997). Economie Identité. Ajaccio: Albiana.

Thompson, G., Frances, J., Lenacic, R. Mitchell, J. (1994). Markets, Hierarchies and Networks: the coordination of social life. London: Sage.

Thomsin, L. (2001). «Un concept pour le décrire : l'espace rural rurbanisé». Ruralia, 9. <http://ruralia.revues.org/document250.html>. (last view on 3th. September 2009).